



APROXIMAÇÕES SOBRE O PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (EPT) E A INFLUÊNCIA DO EMPRESARIADO BRASILEIRO NA EDUCAÇÃO.¹

Éber Luiz Ribas (mestrando ProfEPT/IFMT) – eberribas@gmail.com
Lucio Ângelo Vidal (orientador ProfEPT/IFMT) - lucio.vidal@cba.ifmt.edu.br
GT -14: MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Resumo

Entende-se que a educação brasileira hoje é parte de premissas, diretrizes e de um projeto desenhado pela classe dominante há algumas décadas. Parte-se da leitura de que a crise econômica iniciada nos anos de 1970, contribuiu para a classe dominante criar uma agenda global de realinhamento da educação ao imperialismo, que busca reforçar, naturalizar e contribuir para a expansão e fortalecimento da classe dominante. Nos anos 90, esta estratégia vai ganhar forma de um movimento global chamado Educação Para Todos (EPT) e será operada principalmente por meio de organismos multilaterais, conferências mundiais, Estados Nacionais e empresariado, com foco nos países subdesenvolvidos. A hipótese é a possível atuação conjunta da classe dominante internacional, agindo de forma articulada no setor educacional, buscando suprir a necessidade de produzir uma força de trabalho adaptada e flexível para realização dos lucros, e uma ferramenta ideológica que naturalize a sociedade de classes. O objetivo deste artigo é buscar entender introdutoriamente como esta estratégia de Educação Para Todos é construída, e como ela é operacionalizada, principalmente pelo empresariado, que no Brasil vai se reunir em torno do Movimento Todos Pela Educação (MTPE). O artigo parte da análise documental e bibliográfica para capturar os elementos norteadores, atrelando interesses materiais aos ideológicos, muitas vezes confundidos com interesses gerais da sociedade.

Palavras-chaves: Capitalismo, Educação. Empresariado.

1. Introdução

A educação é genericamente tratada como meio para a transformação, a partir dela é possível mudar o estado de coisas que se vive, por isso talvez o *sensu comum* atribua aos jovens em processo de educação, o papel de “parteiros” do futuro. No entanto, vivemos uma realidade onde a educação está, *grosso modo*, submetida ao modo de produção capitalista e a realidade está dividida entre uma classe, a trabalhadora, que precisa “ser educada” para trabalhar e garantir sua sobrevivência, e outra, a dominante, que se apropria do trabalho e para isso constrói uma educação que busca adequação e consentimento da primeira. Por esses motivos, parece coerente pensar a educação a partir das contradições da sociedade, sendo assim, entender as intencionalidades educacionais. No caso do presente artigo, a estratégia da classe dominante.

¹ Artigo escrito como parte da carga-horaria do Programa de pós-graduação ProfEPT.

Durante boa parte do século XX, a classe trabalhadora lutou por condições melhores de vida e de direitos como a educação, saúde e moradia, lutas essas construídas a partir de revoluções e do movimento operário organizado, porém no final do século XX, estes movimentos e revoluções perderam força a nível global, deixando o caminho aberto para a classe dominante impor uma contraofensiva, e avançar nas suas demandas (ANTUNES, ALVES, 2009; MÉSZAROS, 2008).

Identifica-se como interesse da burguesia uma educação flexível adequada à produção; à necessidade do alinhamento ideológico para aceitação das contradições criadas no capitalismo e à generalização dos interesses privados como se fossem interesses comuns a toda sociedade.

O processo educativo está intimamente vinculado a essa adaptação. Subjugado ao capital, além de fornecer pessoal devidamente treinado à maquinaria, torna-se mais um dos meios de disseminação da ideologia burguesa, induzindo tanto à perpetuação da exploração do trabalho como mercadoria quanto sua aceitação passiva. Em suma, serve à acumulação capitalista como meio de potencialização da produção de mais-valor e de apassivamento, logrando êxito em fazer com que a classe trabalhadora comungue de sua ideologia (MOTTA; ANDRADE, 2020, pg. 5).

Objetiva-se capturar o movimento em que os interesses e necessidades do capital ganham forma em uma estratégia na qual a Educação cumpre um importante papel. Estratégia essa sintetizada no movimento global de Educação Para Todos (MEPT) e no movimento regional cunhado como Movimento Todos Pela Educação (MTPE), e como esses movimentos a partir de uma organicidade entre burguesia local e internacional influenciam em linhas gerais nas políticas de educação.

Analisa-se bibliografias e documentos norteadores que elucidam parte do caminho que foi desenhado para educação, exercício fundamental para localizar as premissas que ainda estão em curso, sobretudo com o afastamento da educação de qualquer viés crítico para a classe trabalhadora.

2. A educação dentro do reordenamento estratégico do capitalismo

O capitalismo vive de crises cíclicas e de uma constante revolução das suas forças produtivas, como já diziam Marx e Engels: “A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais” (Marx; Engels, pg. 15, 2008). Essas revoluções constantes buscam desenvolver as forças produtivas, a fim de superar as crises, lidar com a

concorrência intercapitalista e impingir controle sobre classe trabalhadora na luta de classes, nesse sentido, a reestruturação produtiva operada a partir dos anos 1970, provocou mudanças na base produtiva, no Estado e por consequência em todo conjunto da sociedade, mudanças que têm como objetivo principal responder à crise do grande capital (ANTUNES, ALVES, 2004).

No bojo das mudanças que o capitalismo opera, a educação passa a ocupar uma posição privilegiada dentro da estratégia, ela é apropriada e reconfigurada com “novas” intencionalidades e colocada a serviço da reestruturação do modo de produção, além de servir para acomodar ideologicamente² o capitalismo, propondo este modelo societal como a única forma de sociabilidade possível ou como o “fim da história”, (ANTUNES, ALVES, 2004; MÉSZAROS, 2008).

A reedição da ideia de Capital Humano³, coloca a educação no centro da estratégia capitalista. A partir do uso da ideia de capital humano enquanto ideologia, a educação é transformada em saída para que o trabalhador produza a sua força de trabalho enquanto “capital”, o seu acesso ao mercado de trabalho é regulado através desse “capital” desenvolvido pela formação educacional. No entanto, esconde-se a partir da ideia de “capital humano” que na realidade a exploração do trabalhador ganhou dimensões intelectuais mais profundas, utilizadas pelo modo de produção como fator econômico.

O que de fato acontece é que esse “capital humano” só ganha sentido na sociedade capitalista quando é absorvido pelo capital no processo de produção, ou seja, o conhecimento só ganha sentido quando apropriado e explorado como fator econômico; tem pouco aproveitamento se dissociado da produção capitalista, em contrapartida ele incrementa a produção de valor para a classe detentora dos meios de produção, já que é usado para o trabalho.

O ideário de capital humano serve como justificativa para o sucesso ou o fracasso do trabalhador, pois a triagem é feita segundo um *quantum* formativo adquirido, que compõe esse “capital”, esse fator ideológico também passa a vincular a saída econômica para sociedade que vincula o patamar de educação adquirido pelo conjunto da classe trabalhadora ao seu

² Ideologia enquanto falseamento, distorção, acomodação e naturalização do modo de produção capitalista. A acomodação ao *status quo* serve também como elemento para neutralização de aspectos da luta de classes, ou insurgências que as contradições e tomada de consciência poderiam acarretar.

³ O ideário de capital humano foi desenvolvido por Theodore Schultz nos anos 1970, essa teoria ajudou embasar parte do pensamento sobre a educação que segundo Candioto: “A educação passa a ser vista enquanto um investimento, um fator de produção, como incremento de capital, só que humano. A educação pública (enquanto direito) reveste-se de posturas próprias da lógica do capital. (CANDIOTTO, 2002, pg. 1)

desenvolvimento geral, afinal quem nunca ouviu falar que um país se desenvolve pela educação de seu povo? Porém não questionamos os fundamentos deste conhecimento.

Nesta versão renovada da teoria do capital humano, o conhecimento não pertence mais ao indivíduo, tampouco é pensado a partir do mesmo: “é a empresa que deve tratar de adquirir todo o capital humano que possa aproveitar”. A empresa precisa “utilizar de maneira eficiente o cérebro de seus funcionários” que, por isso, devem ser depositários de conhecimento útil para o capital (LEHER, 1999, pg. 6).

A classe dominante hegemônica⁴ os rumos da educação, por ser detentora dos meios de produção que condicionam a reprodução da vida material e intelectual, e por usar do poder político e econômico para lançar sobre a educação formal um controle maior. Portanto, lançou uma resposta sobre as conquistas educacionais que o conjunto da classe trabalhadora havia adquirido no século XX, e objetivou melhor usar a educação para produção, convencimento e dominação⁵.

Após a segunda guerra mundial, os Estados Unidos fizeram inúmeras intervenções “diplomáticas”, bélicas e financeiras no mundo, o que contribuiu para um desgaste na imagem de Washington e o crescimento do sentimento “anti estadunidense”, sentimento fortalecido por movimentos insurgentes que levaram a revoluções e descolonização de países, fatos que segundo Leher (1999) tornaram-se um problema ao domínio imperialista dos EUA. Somando esses elementos à crise dos anos de 1970, o centro do imperialismo foi forçado a reorganizar ou moldar suas táticas de dominação. É nesse momento que organismos multilaterais como

⁴ Porque a educação é hegemônica pela classe dominante? *Grosso modo* a formação educacional não está voltada para romper com o monopólio dos meios de produção e possibilitar uma equidade social, ao contrário, em geral ensina-se a reproduzir o modelo de sociedade capitalista, e buscar a sobrevivência dentro do mesmo, o que beneficia o *status quo* ou a classe dominante, justificando o fato de que: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual.” (ENGELS; MARX, pg. 47, 2007).

⁵ Um exemplo de estratégia de dominação que levou a educação como ferramenta foi a *Aliança para o Progresso*, que basicamente foi um plano organizado nos anos 1960 para conter o avanço da União das Republicas Socialistas e Soviéticas (URSS), implementado na América Latina, que fundamentalmente tinha como objetivo integrar a América de forma política, econômica e social. Uma das ações efetivadas pela aliança foi o investimento norte americano nos setores de saúde, moradia e educação. A educação sofreu reformas em toda sua estrutura, enfatizando principalmente o ensino tecnicista. (MUNDO EDUCAÇÃO, 2021)

“O programa educacional e, mais especificamente, as ações de propaganda da *Aliança para o Progresso*, foram direcionados para este fim. Como assinalado por Berle, um dos mais próximos colaboradores de Nelson Rockefeller e importante conselheiro de Kennedy e Johnson, “na América Latina o campo de batalha é pelo controle da mente do pequeno núcleo de intelectuais, dos educados e dos semieducados. A estratégia é conseguir a dominação através dos processos educacionais”. (LEHER, 1999, pg. 2)

Banco Mundial⁶, apresentados como organizações independentes do grande capital e do Estado norte-americano, se tornam ferramentas importantes na intervenção material e ideológica do imperialismo (LEHER, 1999).

A consideração simultânea desses fatores provocou mudanças na orientação tática do Departamento de Estado. Cresceu, então, a preferência por ações indiretas, mediadas por organismos multilaterais. É neste contexto que Robert S. McNamara deixa o Departamento de Defesa para presidir o Banco Mundial. A partir deste novo quadro, a educação é cada vez melhor situada na escala de prioridades do Banco. Para a análise dos motivos destas mudanças e dos propósitos da política educacional (LEHER, 1999, pg. 3)

O advento do Neoliberalismo e o avanço da reestruturação produtiva⁷ nos anos 1980, foram respostas para as perdas capitalistas ocasionadas pela crise econômica⁸ iniciada nos anos 1970, e serviram para fortalecer as relações intercapitalistas globais (ANTUNES, ALVES, 2004; MÉSZAROS, 2008). Nesse período, o Banco Mundial passa a agir para fazer o “ajuste estrutural” das economias dominadas, não só para garantir o pagamento de dívidas de Estados, amplamente endividados, mas também obrigar os ajustes vinculando-os às reformas reivindicadas pela burguesia. Nesse sentido, coube mitigar o já raro “Estado de bem estar Social” e tornar o Estado apoiador do setor privado, como manda o neoliberalismo:

A condicionalidade do Banco não se restringia mais a indicadores macroeconômicos, como a balança de pagamentos, mas principalmente ao hoje famoso “ajuste estrutural” que, nas palavras de um dirigente do Banco, consiste em “liberar o mecanismo de mercado e fortalecer o seu papel no desenvolvimento econômico. O setor privado deveria ser o motor do crescimento com o governo desempenhando um papel de apoio a ele. O crescimento (e não mais o desenvolvimento) econômico seria o principal meio pelo qual a pobreza seria aliviada” (LEHER, 1999, pg. 6).

A partir desse alinhamento econômico entre Estados Nacionais e grande burguesia, coube o alinhamento ideológico operado também na educação, que passou a ser colocada como meio

⁶O Grupo Banco Mundial é uma agência de investimentos e financiamentos. “é uma das maiores fontes mundiais de financiamento e conhecimento para os países em desenvolvimento. Suas cinco instituições compartilham o compromisso de reduzir a pobreza, aumentar a prosperidade compartilhada e promover o desenvolvimento sustentável” (WORLD BANK, 2021). Com a direção de McNamara, que presidiu o banco de 1968-1981, houveram mudanças táticas na intervenção do Banco Mundial. Segundo ele a dominação de um povo dependia também de um certo “convencimento” ideológico, foi assim que transformou o Banco Mundial em uma grande agência imperialista no terceiro mundo [...] (LEHER, 1999)

⁷ A reestruturação produtiva é um processo que se iniciou no último quartel do século XX, e que correspondeu ao processo de flexibilização do trabalho e das relações de trabalho na cadeia produtiva. Está associado a Revolução Técnico-Científica Informacional, ao processo de implementação do Neoliberalismo enquanto sistema econômico, e ao Toyotismo como forma de produção (ANTUNES, ALVES, 2004)

⁸ Crise econômica, conhecida como a crise do petróleo, foi a crise capitalista que iniciou nos anos de 1960 e 1970. E que levou a uma ampla e profunda reestruturação produtiva. (ANTUNES, ALVES, 2004)

para o indivíduo e a sociedade lançarem uma perspectiva de sair da condição de precariedade, conforme a Declaração Mundial sobre Educação para Todos esclarece:

[...] os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Jomtien 1990, pg. 4)

A Educação não está dissociada da perspectiva econômica para visão geopolítica do grande capital, seja pela razão de preparar grandes contingentes de força de trabalho para produção, seja pela razão ideológica que visa a naturalização e a reprodução deste modelo societal. Nesse sentido, o Banco Mundial cumpre a agenda, e além de influenciar nas diretrizes da educação para os países do “terceiro mundo”, junto com as políticas neoliberais, tornou os países mais domesticados pelas dívidas e acordos, e lançou para sociedade, “ainda não atendida”, uma perspectiva de futuro, sintetizada no bordão de “educação para todos”.

[...] a partir da conferência de Jomtien em 1990 todos os acordos sócio econômicos entre países devedores terão como pré-requisito as reformas institucionais desenvolvidas na periferia do capitalismo sobretudo as educacionais cujo cunho ideológico se apoia na possibilidade de os cidadão-consumidores aprenderem a administrar as suas vidas de forma gerencial e empreendedora, condição é essa que o capital propaga como a única forma de reduzir a pobreza e garantir a sustentabilidade econômica” (FRERES; RABELO; SEGUNDO, 2010, pg. 35)

Segundo Leher (1999), o Banco Mundial consubstancia as mudanças e reformas educacionais na América Latina a partir da conexão entre educação, segurança e pobreza. Em resumo, seria garantir o combate à miséria e incentivar uma educação apassivadora para todos, que garanta segurança e projeção para investidores do mercado. No bojo dessas perspectivas, a educação se torna ainda mais instrumental, com conteúdo cada vez mais apologéticos, que reverenciam o capital como salvaguarda de todos aspectos da vida. Nesse sentido, conforme aponta Leher, “os problemas do desemprego e da precarização do trabalho são deslocados para a qualificação do trabalhador. É como se a exclusão fosse decorrente de opções educativas erradas dos indivíduos. Daí a tese de que a única alternativa realista é a formação profissional” (LEHER, 1999, pg. 6).

As saídas encontradas pela classe dominante para realizar na educação parte de suas demandas se espraiam por várias áreas e norteiam as políticas públicas do setor. É válido lembrar que segundo Leher, o Banco Mundial se tornou o grande “ministério da educação” do

terceiro mundo, banco que agiu com auspício benevolente de seus investidores, orquestrado pelo Movimento Educação Para Todos e atrelado a financiamentos, como proposto pelos objetivos e metas da Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

No entanto, a aplicação dependeu em alguma medida do alinhamento, organização e articulação da burguesia local⁹ com o imperialismo¹⁰. Assim, se criaram os movimentos da classe dominante no Brasil.

Em 2001, frações empresariais locais criaram o Movimento Brasil Competitivo, presidido pelo empresário Jorge Gerda, com apoio do Banco Mundial e da “ressuscitada’ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), copatrocinado pela Merck Sharp & Dohme, pela Petrobras, e outras grandes empresas” (MOTTA, 2012, p. 125). Em 2006, grandes empresários e banqueiros criaram o Movimento Todos Pela Educação (TPE) e, de imediato, mostraram sua força política no Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação (Decreto n. 6094/2007). Em 2013, organizações como o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Roberto Marinho e o TPE criaram o Movimento pela Base Nacional Comum, que construiu e alavancou, em íntima relação com Estado estrito, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reestruturadora da educação básica brasileira. (MOTTA; ANDRADE, 2020, pg. 2).

A missão assumida pela burguesia nacional e internacional parece estar fundamentada na obtenção de lucros, com vistas a uma estratégia mais ampla a incorporação mais dinâmica do conhecimento do trabalhador nos processos produtivos e desenvolvimento tecnológico, *pari passu*, uma ideologização do trabalhador que visa impossibilitar a consciência sobre a dominação de classes.

3. Uma estratégia de Educação Para Todos (EPT) na periferia do capitalismo.

O movimento de educação para todos (EPT) é um ponto chave para entender a estratégia da classe dominante para a educação na periferia do capitalismo. O EPT foi forjado a partir de

⁹ No evento realizado na Praia Do Forte (BA) em 2006, momento de criação do movimento Compromisso Todos Pela Educação (CTPE)⁹, evento que participaram empresários da América Latina. O ideário do Educação Para Todos foi evocado em vários momentos, como pelo empresário Jorge Paulo Lemann que disse que “Precisamos de mais educação, mais igualdade social, para termos mais empreendedores e impulsionarmos o Brasil e a América Latina para frente” (FRERES; RABELO; SEGUNDO, 2010, pg. 37-38).

¹⁰ Imperialismo é uma etapa do capitalismo também conhecida como etapa monopolista, é também uma forma de dominação que envolve a exportação de capitais, Estados, força Militar e uma articulação entre a burguesia a nível internacional, nas palavras de Lenin: “O capital financeiro, concentrado em muitas poucas mãos e exercendo um monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas. (LENIN, 2011, pg. 169) Destarte o imperialismo reservou um papel para o trabalhador de países dependentes, uma exploração que atende a burguesia local e internacional, e a burguesia local o papel de implementadora dos interesses do capital, fatores que foram estudados e aprofundados pela Teoria Marxista da Dependência (TMD).

organismos como a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF), nações, ONGs, a sociedade civil, sob os olhos e o comando em grande medida do Banco Mundial. Esse movimento lança como proposta a universalização da educação, e incluiu na sua agenda conferências, como as de Jomtien (1990), Nova Delhi (1993) e Dakar (2000), além de acordos diplomáticos e multilaterais que vincularam ajustes estruturais e empréstimos a países emergentes (LEHER, 1999; JIMENEZ, RABELO, SEGUNDO, 2015).

A Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em 1990, foi aprovada por representantes de mais de cem países e Organizações Não Governamentais (ONG's) que, na época, comprometeram-se a aumentar a oferta da educação básica para a população mundial num prazo de 10 anos (2000), fundamentados na ideia de que este nível de ensino seria satisfatório às necessidades básicas de aprendizagem. A própria promoção dessa Conferência representa um marco estratégico do anunciado novo papel que a educação passou a desempenhar, em âmbito mundial, na suposta sustentabilidade dos países envolvidos com a agenda neoliberal. (RABELO; JIMENEZ; SEGUNDO, 2015, PG. 13-14)

No entanto, o discurso sedutor de uma possível inclusão global, do acesso de todos na educação impõe algumas condições úteis ao mercado. “Constata-se, portanto, que as oportunidades ampliadas de educação e de desenvolvimento efetivo do indivíduo dependerá do alcance de alguns requisitos básicos: de que as pessoas aprendam conhecimentos úteis, de habilidades de raciocínio, de aptidões e de valores” (RABELO; JIMENEZ; SEGUNDO, 2015, PG. 17).

Paralelamente a uma verdadeira Reforma nos Estados periféricos e países alinhados ao neoliberalismo, nesse sentido, a reestruturação da educação esta “[...]no bojo das reformas estruturais encaminhadas pelo Banco Mundial” (LEHER, pg. 1, 1999). O mecanismo acionado pelo Banco Mundial e outras entidades, condiciona empréstimos e diplomacia a devidos ajustes fiscais, pagamentos de dívidas, até mudanças nas políticas públicas ligadas à educação.

A cooperação e o financiamento internacionais podem ser particularmente valiosos no apoio a reformas importantes ou ajustes setoriais, e no fomento e teste de abordagens inovadoras no ensino e na administração, quando seja necessária a experimentação de novas opções e/ou quando envolvam investimentos maiores que o previsto e, finalmente, quando o conhecimento de experiências relevantes produzidas alhures for de alguma utilidade. (Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Jomtien, 1990, pg. 17)

A sustentação das mudanças proposta pelo EPT é pautada em um viés ideológico que resumidamente assume bandeiras como a pobreza, a miséria, o analfabetismo, a universalização da educação, porém deslocando o eixo das responsabilidades do modo de produção capitalista,

para uma responsabilização coletiva de governos, gestões, profissionais e também para o indivíduo. A culpa da ineficiência educacional é de todos e todos são convidados a resolver, no entanto a pauta é levada para dentro das políticas públicas, com a função de legitimar as reformas que os Estados Nacionais, como o brasileiro, vão operar nos anos 1990 e 2000.

A subordinação da Educação nos países emergentes começa com as reformas que redefinem as diretrizes, os currículos e vão até a avaliação do ensino, orquestradas pelo EPT, que redefinem a educação como um papel mercadológico, ligado a aptidões, habilidades e competências, direcionadas para o mercado.

4. Uma estratégia Empresarial para a Educação no Brasil.

Ao mesmo tempo que as riquezas dos países dependentes são drenadas para o centro do capitalismo, apresenta-se uma pequena fatia dessa riqueza para a burguesia local, que também pode participar e adentrar no mercado da educação. Lança-se para ela uma possibilidade de negócio, saída que encontrará a partir da reorganização da gestão pública e privada e da própria educação enquanto mercado e mercadoria.

[...] a apropriação dual do excedente econômico — a partir de dentro, pela burguesia nacional; e, a partir de fora, pelas burguesias das nações capitalistas hegemônicas e por sua superpotência — exerce tremenda pressão sobre o padrão imperializado (dependente e subdesenvolvido) de desenvolvimento capitalista, provocando uma hipertrofia acentuada dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa. A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a consequente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão (FERNANDES, 1976, pg. 292).

O empresariado brasileiro disputa há tempos as diretrizes educacionais, na conjuntura atual, em que o capital reorienta a educação para uma função mais precisa, ligada a uma demanda global, em que pesa uma força de trabalho afeiçoada aos novos padrões de acumulação, o empresariado depende também de um certo “consenso”.

Nesse sentido, é necessário ressaltar que a atual força política do empresariado é expressão, segundo Fontes (2010, p. 296), de uma conjuntura mais ampla de “forte concentração capital-imperialista [que] precisa, simultaneamente, contar com a adesão das massas populares nacionais (apassivá-las) [...] e fomentar a extração de sobretrabalho”, abarcando as diversas dimensões da vida social, inclusive a educação (MOTTA; ANDRADE, 2020, pg. 2).

A produção globalizada e transnacional, fragmenta sua produção em centros produtivos em várias partes do mundo, o que também depende de uma transformação do proletariado a

nível global, portanto a necessidade do capital em avançar sobre as relações de trabalho passa também por uma homogeneização ideológica e prática operada a partir da educação dos trabalhadores. Nesse sentido, o empresariado local, junto com o Estado se engajam neste “pacto global”¹¹ (MOTTA; ANDRADE, 2020). Por esse motivo, existe uma organicidade entre: os movimentos globais, regionais e as políticas públicas como o Plano de desenvolvimento da Educação (PDE)¹².

“É inegável, ademais, a consonância entre o PDE e seu congênere, o plano de metas todos pela Educação, as diretrizes emanadas no projeto de Educação Para Todos inaugurada em Jomtien, em 1990; sob os auspícios do banco mundial e da ONU e que, irmanado às Metas do Milênio, representa o mais completo receituário para ajuste do pensamento e da política educacional aos interesses do grande capital, no contexto da crise hodierna. Nesse sentido, é curioso observar que o PDE foi lançado no contexto de um evento vinculado ao referido projeto, a semana de Educação Para Todos, realizada entre 23 e 29 de abril de 2009, em Brasília. Onde, precisamente? na sede da Confederação nacional da indústria (CNI).” (JIMENEZ, 2015, Pg. 25)

O PDE é receituário do movimento empresarial Todos Pela Educação, que se serve, como se viu, do movimento global Educação para Todos. A implementação do PDE em estados e municípios, ficaram condicionadas à adesão voluntária ao Movimento Compromisso Todos Pela Educação, que inclusive ganhou força de Lei (DECRETO Nº 6.094/2007). Curiosamente houve adesão dos 26 estados e do Distrito Federal, além de todos os 5563 municípios brasileiros (JIMENEZ, 2010).

“O que tudo isso parece indicar é que, a rigor, o PDE vem vedar quaisquer brechas, porventura reminiscentes, entre os fins e o conteúdo da educação pública e os interesses da empresa capitalista, eufemisticamente referida, vale enfatizar, como comunidade, ou sociedade civil. Através do PDE, na verdade, o Estado deposita a educação pública brasileira diretamente no colo dos empresários, como desfralda-se a bandeira: “faça-se a sua vontade”. (JIMENEZ, 2010, pg. 24).

¹¹ Pacto global podemos considerar como a estratégia do capital para fantasmagoricamente impor uma relação harmônica entre mercado, Estado e sociedade civil (MOTTA; ANDRADE, 2020), no centro deste pacto podemos colocar o movimento global de Educação Para Todos (EPT). Em outras palavras: “Concluimos, por fim, que o programa de educação para todos constitui uma grande aliança entre governo e empresariado em prol da expansão do mercado, enfraquecendo, em grandes limites, as possibilidades de uma luta revolucionária” (FRERES; RABELO; SEGUNDO, 2010, Pg. 57).

¹² O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi um conjunto de programas que visaram melhorar a educação no Brasil e envolviam mais de 40 projetos. Lançado em 2007, tinha um prazo de quinze anos para ser completado. Seus principais eixos eram: Educação sistêmica, ordenação territorial e desenvolvimento. Como resultado, o plano busca o enlace entre Educação, território e desenvolvimento. Como propósitos, qualidade, equidade e potencialidade. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018) O PDE foi lançado em conjunto com o Plano Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto Lei nº 6.094.

Implementa-se então uma formação escolar cada vez mais tópica e sumária. A prioridade pedagógica da escola passa a buscar resultados imediatos, os instrumentos avaliativos nacionais e internacionais organizam e priorizam conhecimentos logico-formais; há um profundo desenvolvimento da meritocracia entre alunos, profissionais, escolas e sistemas escolares; descartabilidade de conteúdos que não são priorizados pelos instrumentos avaliativos e pelo mercado de trabalho; tudo isso somado com a precarização da formação docente, cada vez mais submetida a cursos rápidos e precários de licenciaturas.

Assim, nesse bloco histórico, exacerbam-se suas faces capacitadoras e apassivadoras. A educação, como mercadoria, tem seu valor de uso e de troca reduzido ao mínimo na perspectiva da classe trabalhadora; tem seu valor de uso elevado na perspectiva burguesa, ao mesmo tempo que essa classe pressiona o valor e o preço da força de trabalho para baixo, pulverizando e acelerando os processos formativos e capacitando o exército de reserva, respectivamente. (MOTTA; ANDRADE, 2020, pg. 9).

A transformação da educação em um grande mercado lucrativo, ocorreu *pari passu* às mudanças do Estado brasileiro, que abriu ainda mais as portas para a iniciativa privada, multiplicando cursos à distância privados, produção de materiais didáticos, plataformas virtuais e modelos de gestão empresarial dentro e fora do sistema público.

Embora presente em toda a história da educação brasileira, esse empresariado consegue, no bloco histórico neoliberal, inclusive com aparatos legais e financiamento público (LEHER, 2010), penetrar todos os âmbitos da esfera educacional, fazendo-a funcionar de acordo com o *ethos* empresarial. Ao mesmo tempo que alavanca a produção e a circulação de mercadorias educacionais, determina seus conteúdo e forma de acordo com a concepção econômica da educação ajustada ao bloco histórico neoliberal [...] (MOTTA; ANDRADE, 2020, pg. 8).

A burguesia logra êxito na execução de suas diretrizes pedagógicas em todos os âmbitos da educação, e o que se enxerga hoje enquanto definhamento do sistema público de ensino, nada mais é do que a execução do projeto burguês de educação que tanto avança no sentido de ampliar e transformar a educação em um grande mercado lucrativo, quanto controlar os aspectos pedagógicos de um ensino voltado para atender o mercado.

Conclusão

Inferese a partir desse estudo introdutório que a educação enquanto ferramenta usada pela classe dominante passou a ser objeto de regulação na e para a luta de classes. Observa-se dentro da estratégia capitalista, sobretudo operada no final do século XX e início do Século XXI pelo EPT, que o aparato ideológico está muito mais sofisticado e carrega uma gama de

conceitos e premissas facilmente convertidas em uma necessidade universal. Do movimento de Educação Para Todos, até o Todos Pela Educação o que se apresenta é uma pauta comum, organizada e dirigida para atender o interesse de uma minoria, mesmo que com uma roupagem ou ínfimas concessões de interesses à classe trabalhadora.

A classe dominante se organiza em torno de suas pautas liberais para implementar uma Educação que conhece os objetivos finais de seus empreendimentos. Por outro lado, a classe trabalhadora e seus principais movimentos ainda não têm clareza sobre as finalidades que desejam com a educação a não ser percepções de uma formação humana crítica e cidadã, forjada em currículos e métodos circunscritos à educação formal, muitas vezes, confundidas com as próprias premissas do movimento Educação Para Todos (CERQUEIRA; RIBAS, 2021). Sem tocar na base que sustenta os projetos de educação, a classe trabalhadora fica distante da possibilidade de mudanças e a catástrofe educacional parece apenas um erro de percurso ou de gestão e não um projeto.

Referências

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. **O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO DE NOVO TIPO E SUAS DIMENSÕES**. Educação & Sociedade [online]. 2020, v. 41 [Acessado 14 Agosto 2021], e224423. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.224423>>. Epub 14 Set 2020. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES.224423>.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega; AGUIAR, Letícia Carneiro. **LDB: projetos em disputa. Da tramitação à aprovação em 1996**. Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 407-428, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

CANDIOTTO, Cesar. **Aproximações entre capital humano e qualidade total na educação. Educar em Revista** [online]. 2002, n. 19 [Acessado 24 Setembro 2021], pp. 199-216. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.255>>. Epub 04 Mar 2015. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.255>.

CERQUEIRA, Jelder Pompeo; RIBAS, Éber Luiz. **O pensamento Liberal da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e os desdobramentos no projeto de Educação para Classe Trabalhadora** In: CAETANO, Maria Raquel; MARQUES, Tatyane Gomes Marques; Monteiro, Maria M. S. Cordeiro; SANTOS, Arlete Ramos dos (organizadoras). **Diálogos sobre políticas educacionais no cenário brasileiro**, Curitiba: CRV, 2021.p. (179-193)

CNI- Confederação Nacional da Indústria. **EDUCAÇÃO PARA A NOVA INDÚSTRIA: UMA AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BRASIL /** Confederação Nacional da Indústria, Serviço Social da Indústria, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. – Brasília: CNI, 2007. 54 p.:il. ISBN 978-85-88566-67-5.

Disponível

em:http://www.institutoalianca.org.br/new/biblioteca_IAA_05_educacao_para_a_nova_industria.pdf

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990). *Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990.* Visto em: 08/07/2021 <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã.** Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007.

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; TUMOLO, Paulo Sergio. **A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO CAPITALISMO: ELEMENTOS PARA UM DEBATE.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 135, p. 557-571, jun. 2016. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000200557&lng=pt&nrm=iso. acessos em 27 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016149345>.

FERNANDES, Florestan, **A Revolução Burguesa no Brasil:** Ensaio de uma interpretação sociológica. 2º Ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FRERES, Helena; RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **Governo e empresariado: A grande aliança em prol do mercado da educação para todos.** In: JIMENEZ, Susana; RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. (organizadoras). **Marxismo, educação e luta de classes:** pressupostos ontológicos e desdobramentos ideo-políticos – Fortaleza: EdUECE, 2010. ISBN: 978-85-7826-075-0

JIMENEZ, Susana; RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. **As Diretrizes da política de Educação Para Todos (EPT): rastreando princípios e concepções.** In: O movimento de educação para todos e a crítica marxista / JIMENEZ, Susana; RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes (Organizadoras) - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. ISBN: 978-85-7485-236-2

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da Educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Revista outubro, 1999. ISSN 1516-6333 **Disponível em:** <http://outubrorevista.com.br/um-novo-senhor-da-educacao-a-politica-educacional-do-banco-mundial-para-a-periferia-do-capitalismo/>

LENIN, Vladimir Ilitch, **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. – Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

MARX, Karl. **O capital: critica da economia política**; vol. III, T 1, São Paulo: Abril Cultural, 1984.\

MARX, Karl e ENGELS, Fredrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução Victor Hugo Klagsbrunn. In BOGO, Ademar (Org.) **Teoria e Organização Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**; tradução de Isa Tavares. – 2. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2008. – (Mundo do Trabalho)

MUNDO EDUCAÇÃO. Data: 03/09/2021. Visto em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/alianca-para-progresso-anticomunismo.htm>

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Data: 25/09/2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/>

WORLDBANK, **Quem somos nós**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/who-we-are> . Visto em: 18 de setembro de 20